

Comunidade de Aprendizagem
Todos os Olhos na Amazônia

Guia:

Uso do consentimento livre,
prévio e informado (CLPI)
para a defesa dos povos
indígenas da Amazônia

RECOMENDAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
DO PROGRAMA TODOS OS OLHOS NA AMAZÔNIA



TODOS OS
OLHOS NA **AMAZÔNIA**

em colaboração com:



Imagem da capa: Lucas Dourojeanni - Carolina Zambrano

Sobre esta guia

Este guia é produto de um diálogo de conhecimento entre Greenpeace, Universidad San Francisco de Quito (USFQ), União dos afetados e afetadas pelas operações petrolíferas da Texaco (UDAPT), Artigo 19, ECA Amaraeri, FASE, Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA) e o Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado, promovido por Hivos no âmbito da Comunidade de Aprendizagem dos parceiros do programa Todos os Olhos na Amazônia, realizado em março de 2022.

Para saber mais, visite: **www.TOAmazonia.org**

O MONITORAMENTO DO CONHECIMENTO ANCESTRAL



O conhecimento ancestral é compreendido como os saberes, inovações e práticas dos povos indígenas, desenvolvidos a partir da experiência adquirida ao longo dos séculos e transmitidos de geração em geração, segundo o Fórum Permanente de Questões Indígenas da ONU¹. Esse conhecimento geralmente é de propriedade coletiva e pode ser compartilhado por meio de valores culturais, canções, histórias, bem como pelo uso e administração tradicional de terras, territórios e recursos, entre outros².

No entanto, em alguns territórios, esse importante conhecimento, protegido especialmente pelos sábios e anciãos, está se perdendo, tornando-se urgente registrá-lo e preservá-lo para as gerações futuras. O conhecimento tradicional não está no centro apenas da identidade dos povos indígenas, mas também compreende sua herança cultural e meios de subsistência. Por esse motivo, a proteção desse conhecimento e saberes por meio de ações de monitoramento se torna essencial.

¹ Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas. Recuperado de https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2019/04/Spanish-Traditional-Knowledge-background-FINAL_ES.pdf

[07 de abril de 2022]

² *Ibid*



Por que é importante garantir a proteção dos saberes tradicionais e dos saberes ancestrais?

- ✓ Permite o exercício de direitos reconhecidos e apresenta-se como um meio (adicional) de reconhecimento desses direitos.
- ✓ Evita a apropriação ilegítima de conhecimento e sabedoria ancestral por terceiros fora das comunidades.
- ✓ Quebra o “princípio da novidade” para o registro de patentes (quando aplicável).

Por que o Monitoramento do Conhecimento Ancestral é importante?

- ✓ Permite transformar o mapeamento dos saberes ancestrais em uma ferramenta de defesa dos territórios da Amazônia.
- ✓ Evita que o conhecimento se perca e é uma forma de incentivo para que as comunidades amazônicas conheçam mais sobre elas mesmas. As transformações demográficas deram origem ao êxodo e, por vezes, consequente afastamento e desinteresse dos jovens, o que atualmente se demonstra como um dos motivos que leva à perda dos saberes ancestrais.
- ✓ Ajuda a coletar evidências confiáveis e reais e reconhece o conhecimento e os saberes das comunidades, válidos para e pela própria comunidade.
- ✓ Permite abranger aspectos culturais e sociais. Por exemplo, em alguns casos, ajuda a identificar onde a população das comunidades está mais dispersa, o que as comunidades utilizam como recursos e como estão defendendo seu território. A partir desses aspectos, se conforma a configuração do território.

Como realizar um processo de Monitoramento de Conhecimentos Ancestrais?

A Universidade San Francisco de Quito (USFQ) desenvolveu um projeto piloto para o monitoramento do conhecimento ancestral na comunidade Kofan Avie e na comunidade San Pablo de Katetsiaya, da nacionalidade Siekopai, na Amazônia equatoriana, que permitiu a institucionalização do conhecimento, tradições e saberes ancestrais, em relação aos seus lugares

sagrados e às linguagens faciais criptografadas. Esses processos resultaram em um dos primeiros casos de Registros Comunitários do Equador, com o objetivo de garantir a proteção de seus conhecimentos.

Como resultado desta experiência, as seguintes etapas principais foram identificadas para o desenvolvimento de processos semelhantes:

- ① Reunião inicial com os responsáveis pela atividade-projeto e com os coordenadores-monitores.
- ② Revisão de documentação relevante (Plano de Acesso à Comunidade, Lei de Revisão do Consentimento Livre, Prévio e Informado, protocolos, entre outros).
- ③ Socialização do Plano de Acesso à Comunidade, momento no qual as decisões são tomadas.
- ④ Autorização do Plano de Acesso à Comunidade.
- ⑤ Trabalho de campo:
 - ▶ Entrevistas, reuniões e / ou palestras preparatórias.
 - ▶ Coleta de informações (em visitas, ou reuniões).
- ⑥ Devolução, revisão de materiais e informações obtidas em campo.

CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

O Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) visa assegurar que os direitos dos povos indígenas sejam garantidos em qualquer decisão que possa afetar suas terras, territórios ou meios de subsistência. Portanto, é direito dos povos indígenas e comunidades locais conceder ou negar seu consentimento a qualquer atividade ou projeto que afete seus territórios.

Nesse quadro, o CLPI para processos de monitoramento de conhecimentos ancestrais é concedido pela comunidade ou pela autoridade competente do povo, nacionalidade ou comunidade, conforme seu mecanismo

decisório, no qual se especificará as informações sobre acesso, uso ou aproveitamento dos conhecimentos tradicionais, bem como possíveis efeitos ambientais ou culturais, riscos, autorizações, entre outros. Além disso, considera os dados oficiais e as evidências que identificam os legítimos proprietários do conhecimento tradicional que se deseja acessar.



Por que o CLPI é importante?



Garante a gestão de informações claras e transparentes, incluindo escopos presentes e futuros.



Concede a autorização de acesso, uso ou aproveitamento de conhecimento tradicional ou conhecimento ancestral, dependendo do objetivo da pesquisa ou projeto.

DESAFIOS

nos Processos de Monitoramento do Conhecimento Ancestral e do Consentimento Livre, Prévio e Informado

Confiança

Obter a confiança da comunidade. Em casos como o monitoramento de conhecimentos ancestrais sobre linguagens faciais criptografadas³, por exemplo, existe a preocupação de que o conhecimento seja divulgado a atores externos com fins lucrativos. Isso dificulta que mulheres sábias confiem e compartilhem informações sobre suas figuras faciais. Portanto, é fundamental conquistar a confiança por meio de um processo de diálogo no qual se explique o objetivo de uso das informações obtidas, e sob a premissa de que o monitoramento é realizado pela comunidade e para a comunidade.

³ As linguagens faciais criptografadas são uma tradição ancestral da cultura Siekopai, na Amazônia equatoriana. Consiste na utilização de pintura facial baseada em plantas, representando diferentes significados de acordo com sua composição e desenhos. Para mais informações, consulte: Governo Municipal Autônomo Descentralizado do Cantão Shushufindi (2020). Livro Mitos e Lendas do Cantão Shushufindi, Equador. [🔗](#)

Burocracia e resistência ao envolvimento direto do Estado

Resistência das comunidades ao envolvimento direto do Estado na gestão de seus recursos e direitos. Além disso, o processo legal de acompanhamento junto ao Estado é geralmente complexo e burocrático, o que implica em um longo tempo para realizar este tipo de projetos e investigações, levantando também a certa desconfiança das comunidades em ter a participação do Estado nesses processos.

Brecha digital

Dificuldades no manuseio de ferramentas tecnológicas para coleta de informações, devido à falta de acesso e sinal de internet. Portanto, recomenda-se avaliar alternativas que se adaptem à realidade de cada território.

Articulação do processo

Ter equipes multidisciplinares dificulta a comunicação e representa um desafio na articulação do processo, por exemplo, entre a relação das visões acadêmica e jurídica, e a visão das próprias comunidades. É relevante trabalhar em um processo que articule as particularidades das diferentes visões e que assegure a proteção do território.

Compilação de informações

O tempo que o processo leva para coletar as informações. Em alguns casos, é necessário um longo tempo para ouvir cada um dos guardiões do conhecimento monitorado (histórias, contos, lendas).

Pandemia

A pandemia de COVID-19 impôs um desafio adicional a este trabalho devido ao medo do contágio, que pode fazer com que alguns membros da comunidade não queiram participar deste processo ou permaneçam distantes.



LIÇÕES APRENDIDAS

nos Processos de Monitoramento do Conhecimento Ancestral
e do Consentimento Livre, Prévio e Informado

Valor do Conhecimento Tradicional (CT) e dos Saberes Ancestrais (CA)

Por meio desse tipo de processos de monitoramento e CLPI, a proteção, gestão, custódia e uso de CT e SA é alcançada por cada comunidade. Esse monitoramento também é uma ferramenta que apoiará, entre outros aspectos, a transferência intergeracional dos conhecimentos e saberes.

Por exemplo, a USFQ desenvolveu um projeto piloto de monitoramento do conhecimento ancestral na comunidade Kofan Avie e na comunidade San Pablo de Katetsiaya, da nacionalidade Siekopai, na Amazônia equatoriana, que permitiu a institucionalização do conhecimento tradicional por meio da criação de Registros Comunitários.

Esses processos resultaram em um dos primeiros casos de Registros Comunitários, que são desenvolvidos pela própria comunidade, a qual é responsável pela autogestão de seu conhecimento. Nesse processo, a gestão, a custódia e o procedimento são trabalhados a partir da comunidade, a qual estabelece suas diretrizes, protocolos e procedimentos.

Uso adequado do conhecimento ancestral

O monitoramento do conhecimento ancestral permite seu **uso adequado e proteção contra potenciais concessões indevidas de patentes a terceiros.**

Processos de e para a comunidade

Os processos de monitoramento devem ser realizados a partir e para a comunidade. Existe a capacidade de auto-gestão e autoproteção do CT e dos SA como direitos e recursos da comunidade.

Respeito pelos tempos e culturas locais

Para realizar esse tipo de processo, é importante que a equipe de campo tenha **paciência**, não só na comunidade, em relação à coleta de informações - respeitando os tempos das comunidades e aspectos culturais -, mas também com os órgãos estatais, que normalmente possuem uma complexa burocracia para processos de registro, a qual demanda um tempo considerável.

Considere as necessidades logísticas

A logística de campo demanda muitos recursos. Deve-se considerar atenção especial à necessidade de recursos humanos e monetários, entre outros, em casos de monitoramento dos CT e SA que implicam em deslocamentos no próprio território, como é o caso do monitoramento de locais sagrados.

Nestes casos, deve-se considerar uma equipe de trabalho que inclua recursos como transporte, vídeos, fotografias, GPS, entre outros.

Construir confiança e contato direto sustentado

Quando há contato direto e sustentado com a comunidade, há uma resposta positiva e processos mais eficientes. As comunidades requerem processos que considerem devolutivas diretas e espaços de diálogo. É recomendado que as equipes que realizam esse tipo de trabalho incluam pessoas locais das próprias comunidades que sejam reconhecidas e possam gerar confiança.

**Comunique-se
no idioma local**

**Acompanhamento
de acordo com o
planejamento
comunitário**

**Viabilidade do uso
de ferramentas
tecnológicas**

Uso do idioma local. Os sábios das comunidades falam com maior confiança em seu idioma nativo. Em algumas experiências desenvolvidas pelos parceiros do TOA, membros da equipe que realizou trabalhos de monitoramento puderam aprender novos dialetos da língua local por meio de suas conversas com as mulheres sábias, que possuem uma linguagem mais sofisticada e clara, com um vocabulário maior.

A comunidade é quem deve gerir os tempos e os espaços. Por isso, os processos devem ser realizados com paciência e adaptados ao planejamento da comunidade, garantindo o cumprimento das ações de acordo com sua disposição.

A viabilidade do uso de ferramentas tecnológicas para coletar e registrar informações sobre os conhecimentos ancestrais para o exercício de direitos e proteção dos CT e SA.





RECOMENDAÇÕES

nos Processos de Monitoramento do Conhecimento Ancestral e do Consentimento Livre, Prévio e Informado



1

Simplificar o processo de acompanhamento normativo do Estado, no caso do Equador. As regulamentações equatorianas permitem dois processos voluntários⁴ para garantir a proteção do conhecimento tradicional e dos saberes ancestrais para que sejam reconhecidos e valorizados. Trata-se de uma abertura para que os detentores defendam seu conhecimento contra terceiros.

Porém, esses processos legais não consideram a realidade das comunidades indígenas, que possuem autonomia e regulamentação interna próprias. Recomenda-se que o Estado ajuste seu processo normativo para facilitar processos futuros.

⁴ Os dois processos são: 1. o processo de depósito voluntário, que é realizado por meio do Serviço Nacional de Direitos Intelectuais (SENADI), órgão responsável pela proteção e custódia desse conhecimento; e 2. o processo de Registros Comunitários, desenvolvido pela própria comunidade, que é responsável pela autogestão do conhecimento.

2

Promover o interesse da comunidade pelos saberes ancestrais, através de rodas de conversas intergeracionais lideradas pela própria comunidade. Para garantir a participação da comunidade e, principalmente, dos jovens, em processos de monitoramento de conhecimentos tradicionais e saberes ancestrais, é recomendado promover espaços de valorização dos CT e SA e de conscientização sobre as consequências de sua perda.

3

O conhecimento surge a partir das comunidades e as pessoas precisam se envolver em processos de monitoramento de CT e SA como membros ativos de suas comunidades, facilitando as relações de confiança.

4

Trabalhar em estreita colaboração com a comunidade para identificar as suas necessidades. Esses tipos de ações devem ser realizados entre comunidade e profissionais da forma mais próxima e conjunta possível. Da mesma forma, é fundamental que os atores externos que participam de projetos ou ações vinculadas ao monitoramento de conhecimentos ancestrais se adaptem às necessidades das comunidades, e não o contrário.

5

Pesquisar projetos e organizações internacionais com experiência em processos semelhantes, que financiem o monitoramento de conhecimentos tradicionais e saberes ancestrais das comunidades e possam auxiliar neste processo, por exemplo, através do desenvolvimento dos instrumentos e protocolos necessários e outras necessidades técnicas.

6

Contar com orientação para o desenvolvimento da estrutura do processo legal. O apoio jurídico é fundamental para promover o exercício dos direitos coletivos sobre CT e SA. Este tipo de apoio permite o desenvolvimento de instrumentos jurídicos para o projeto, que respeitem os direitos das comunidades, proporcionem segurança jurídica e o correto tratamento da informação privilegiada a que se tenha acesso, de forma a evitar qualquer forma de apropriação indevida. Da mesma forma, é relevante proteger a biodiversidade das comunidades e buscar uma correta inter-relação normativa quanto ao reconhecimento, gestão, custódia e aplicação dos conhecimentos tradicionais e saberes ancestrais das comunidades.

7

Realizar pilotos de campo antes de começar o monitoramento. Recomenda-se desenvolver experiências-piloto que permitam ajustar metodologias e planejamento, previamente ao trabalho, de forma a garantir que a informação seja coletada de forma correta e transparente. Da mesma forma, os materiais e equipamentos de campo devem ser preparados com antecedência, considerando que imprevistos podem ocorrer durante as viagens. Portanto, o percurso deve ser estudado anteriormente e possíveis impactos climáticos devem ser considerados.

Recursos e experiências regionais

Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado: direitos territoriais, autodeterminação e sua diversidade

Mapa de Protocolos Autônomos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado [↗](#)

A “nova” Lei nº 13.123/2015 antigo Marco Legal Biodiversidade: Entre retrocessos e violações de leis socioambientais (2017) [↗](#)

Protocolos Autônomos de Consulta Prévia e o Direito à Autodeterminação (2021) [↗](#)

Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA)

Melhores Práticas Mundiais para Estudos de Impacto Ambiental (EIA) (2021) [↗](#)

FASE, Hivos e Greenpeace

Estudo de Caso Novas Cabanos: Mobilização da Juventude do PAE Lago Grande [↗](#)

Para saber mais, visite: www.TOAmazonia.org



TODOS OS OLHOS NA **AMAZÔNIA**

em colaboração com:



Comunidade de Aprendizagem Todos os Olhos na Amazônia

Abril, 2022